

ÍNDICE

DIREITO DE AUTOR E INFORMÁTICA JURÍDICA	7
1. A Informática Jurídica	7
2. As topografias dos produtos semicondutores e os programas de computador	8
3. As bases de dados	10
4. Obras produzidas por computador e produções multimédia	13
5. Criminalidade informática	14
6. A disponibilização de obras nas auto-estradas da informação	16
7. A directriz sobre o comércio electrónico	18
8. Dispositivos tecnológicos de protecção e informação sobre a gestão dos direitos ..	19
9. O primado do explorador dos conteúdos em rede e o terramoto na gestão colec- tiva	20
DIREITOS DO UTILIZADOR DE BENS INFORMÁTICOS	23
1. O utilizador perante a tipicidade dos bens intelectuais	23
2. A obra criada por computador	24
3. As topografias dos produtos semicondutores	25
4. A utilização de obras em computadores	25
5. A tutela das bases de dados	27
6. A tutela do programa de computador	28
7. As faculdades pessoais	29
8. Forma e processo	29
9. A proibição do uso privado e a excepção à excepção	30
10. Elaboração de uma cópia de apoio	31
11. Observação, estudo e ensaio do funcionamento do programa	31
12. Descompilação	32
13. As cláusulas em contrário têm-se por não escritas	32
14. Âmbito das restrições supletivas à proibição do uso privado	32
15. A tradução	33
16. Outros limites do direito exclusivo	34
17. Aspectos da posição do utilizador	34
18. Direito dos contratos informáticos	35
19. O Direito do Consumidor	36
20. Cláusulas negociais gerais	37
21. Os contratos informáticos	38
22. Conexões entre contratos informáticos	39
23. Outros aspectos dos poderes do utilizador	40
24. A qualificação como contratos de licença	40

25. A disposição funcional	41
26. A demonstração da titularidade dos direitos	42
27. A subordinação à fixação de preços	43
E AGORA? PESQUISA DO FUTURO PRÓXIMO	45
1. A “sociedade da informação”	45
2. A colocação da obra em linha à disposição do público	46
3. A abertura das redes de telecomunicações	47
4. O incremento da protecção a nível do objecto	48
5. Disponibilização das obras e consentimento do autor	49
6. A protecção dos dados pessoais	50
7. O direito da empresa de comunicação	51
8. As empresas mundiais de informação	52
9. As comunicações comerciais	52
10. Problemática de Direito Industrial	53
11. Contratação informática e direito de autor	53
12. Os novos objectos de protecção	54
13. O uso privado	54
14. A criptagem da obra disponível em rede	55
15. Processos de identificação de obras	56
16. A penetração no espaço nacional	58
17. O conteúdo das mensagens	59
18. A reprodução	59
19. Distribuição e esgotamento	60
20. Equiparação de direito de autor e direitos conexos	61
21. Direito pessoal (ou moral)	62
22. Limites	63
23. Lugar de origem	63
24. A gestão colectiva	64
25. Sistema de sanções	65
26. CONCLUSÃO	65
OS DIREITOS DE AUTOR NO DOMÍNIO DAS TELECOMUNICAÇÕES	67
1. O tema	67
2. Empresas de telecomunicações	68
3. Empresa de telecomunicações e direito de autor	70
4. A sociedade da informação	70
5. A política mundial	73
6. Incidência do direito de autor	73
7. A empresa de comunicação é titular de um direito de autor?	75
8. A colocação à disposição do público	75
9. A criptagem	76
10. A posição do consumidor	77
11. A identificação das obras	79
12. Incidência internacional	80

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	83
1. Os factores e os objectivos	83
2. A rede aberta	84
3. A Internet	85
4. A globalização e suas sequelas	85
5. Os direitos intelectuais na sociedade da informação	86
6. A integração das obras ou prestações em rede	87
7. Os limites	89
8. Posição do utilizador	90
9. Reprografia e cópia privada	91
10. A modificação e a transformação da obra	92
11. Responsabilidade pelo conteúdo das mensagens em rede	93
12. Estatuto das obras disponíveis em rede	95
13. Obra disponível em rede, publicação e esgotamento	95
14. Direito de distribuição e esgotamento	97
15. Obras de livre acesso em rede	99
16. Criptagem	99
17. Identificação das obras	101
18. Gestão colectiva	102
19. Lei aplicável	102
20. Lugar de origem	103
21. Sanções	104
DIREITOS DE AUTOR E CONEXOS INERENTES À COLOCAÇÃO DE MEN- SAGENS EM REDE INFORMÁTICA À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO	105
1. A “transmissão” no mundo das telecomunicações	105
2. O estatuto das obras disponíveis em rede	107
3. Transmissões analógicas e digitais	108
4. A integração das mensagens no sistema	109
5. Utilização de obras em rede e direitos intelectuais	111
6. O direito de colocar à disposição do público	112
7. A integração no direito de comunicação pública	113
8. O direito de transmissão	115
9. O acto individual de utilização	116
10. A criptagem ou codificação	117
11. O direito de reprodução	118
12. A problemática em matéria de direitos conexos	119
NOVAS TECNOLOGIAS E TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO DE AUTOR ..	121
1. O meio digital e a imaterialização	121
2. A invasão do uso privado	123
3. A disponibilização das obras em rede	124
4. O direito de reprodução	125
5. O esgotamento internacional	127
6. Publicação e esgotamento dos direitos	129
7. Globalização e concentração	130

8. Responsabilização pelo conteúdo de mensagens transmitidas em rede	132
9. Obras de livre acesso em rede	132
10. Reserva de acesso	132
11. Identificação das obras	134
12. Gestão colectiva	135
13. Sociedade da Informação: apogeu ou afunilamento da informação?	136
14. Conclusões	138

A PROPOSTA DE DIRECTIVA RELATIVA À HARMONIZAÇÃO DE CERTOS ASPECTOS DO DIREITO DE AUTOR E DOS DIREITOS CONEXOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	139
I – Observações Gerais	139
II – Preâmbulo	140
III – Articulado	141

O DIREITO DE AUTOR NO CIBERESPAÇO	149
INTRODUÇÃO:	

1. Comunicação e informação	149
2. O direito de autor inerente à utilização informática de obras em linha	151
3. O direito de colocação em rede à disposição do público	153
4. A integração no direito de comunicação ao público	155

I – DIREITO DE AUTOR E EXPLORAÇÃO EMPRESARIAL:

5. A reversão da tutela do autor para o empresário	156
6. Autor e empresa no ciberespaço	158

II – DIREITO DE AUTOR E DIÁLOGO CULTURAL:

7. A “caça às excepções”	160
--------------------------------	-----

III – DIREITO DE AUTOR E ACESSO CONDICIONADO:

8. O acesso condicionado como direito do produtor	163
---	-----

IV – DIREITO DE AUTOR E INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS:

9. A identificação da utilização das obras	165
10. A desprotecção do público	168

V – DIREITO DE AUTOR E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO:

11. A sociedade da informação e os seus anticorpos	169
12. CONCLUSÃO	171

AS NOVAS TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DE EXPLORAÇÃO DAS OBRAS INTELECTUAIS	173
--	------------

I – O que fica para trás: problemas resolvidos pelos Tratados da OMPI de 1996	174
II – As bases de dados	174
III – A violação de direitos de autor por conteúdos colocados na Internet	176
IV – A responsabilidade pelo conteúdo das mensagens colocadas na Internet	179
V – As reproduções meramente tecnológicas	182
VI – As hiperconexões na Internet	184
VII – A reserva dos dados pessoais	186
VIII – Os <i>metatags</i> ou descritores	187

IX – Dispositivos de informação sobre os direitos	191
X – O futuro da gestão colectiva	194

HYPERLINKS, FRAMES, METATAGS – A SEGUNDA GERAÇÃO DE REFERÊNCIAS NA INTERNET	199
--	------------

I – AS HIPERCONEXÕES NA INTERNET:

1. A liberdade geral das referências	199
2. Hiperexos (<i>hyperlinks</i>) e <i>frames</i>	200
3. Significado jurídico	201
4. A incorporação do material referenciado no sítio de origem	203
5. A problemática de direito de autor	203
6. A concorrência desleal	205
7. O chamamento automático	206
8. Os índices	207

II – OS INSTRUMENTOS DE BUSCA NA INTERNET:

9. Navegador e navegante	208
10. A lesão da privacidade	210

III – A META-INFORMAÇÃO:

11. Os <i>metatags</i> ou descritores	213
12. O monopólio de palavras ou descritores	214
13. Os descritores enganosos	216
14. Os contratos de publicidade	217
15. Observação final	218

O CINEMA NA INTERNET, AS HIPERCONEXÕES E OS DIREITOS DOS AUTORES	219
---	------------

1. A circulação de obras audiovisuais na Internet	219
2. O local da disponibilização como o do exercício do direito de autor	220
3. A convergência dos meios	221
4. Questões de acomodação	221
5. O exclusivo e os seus limites	222
6. A liberdade geral de referências	223
7. Hiperexos (<i>hyperlinks</i>) e <i>frames</i>	224
8. Questões de licitude	225
9. Problemas de direito de autor	227
10. A incorporação de página alheia	228
11. Impedimentos de natureza pessoal	229
12. A liberdade como princípio	230
13. Problemática da concorrência desleal	232
14. As hiperconexões ocultas	234
15. Os descritores (<i>metatags</i>)	234
16. A cópia privada	235

OBRA AUDIOVISUAL. CONVERGÊNCIA DE TECNOLOGIAS. AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA DO DIREITO DE AUTOR	239
--	------------

1. A obra cinética (“audiovisual”)	239
2. A atribuição originária da titularidade	240

3. A autonomia privada	242
4. Pactos de atribuição originária de direitos e seus limites	243
5. A Internet como interface cultural	245
6. A disponibilização em rede da obra audiovisual	247
7. Questões de acomodação	249
8. Problemática da reprodução	251
9. A comunicação de ficheiros	253
10. As referências em rede	255
11. As hiperconexões em rede	256
12. A incorporação de página alheia mediante um hipernexo	257
CRIMINALIDADE INFORMÁTICA	261
1. Demarcação	261
2. Índole das intervenções legislativas	262
I – INFRACÇÕES RELATIVAS A DADOS PESSOAIS:	
3. A protecção da privacidade	264
4. A legislação extravagante sobre dados pessoais	266
5. A ameaça do excesso	268
6. Outros tipos penais	269
7. Observações conclusivas	271
II – A QUALIFICAÇÃO DE TIPOS COMUNS PELO MEIO INFORMÁTICO:	
8. Os tipos e a responsabilidade de pessoas colectivas e equiparadas	272
9. Burla informática	274
10. Dano informático	275
III – TIPOS CUJO OBJECTO SÃO MEIOS INFORMÁTICOS:	
11. Violação de direitos intelectuais sobre bens informáticos	277
12. Falsidade informática	278
13. Sabotagem informática	281
14. Acesso ilegítimo	282
15. Intercepção ilegítima	284
16. Apreciação final	286
GESTÃO COLECTIVA: SÍNTESE DOS TRABALHOS E PERSPECTIVAS	
FUTURAS	289
1. O ponto de partida no titular de direitos intelectuais	289
2. A gestão colectiva discricionária	290
3. A gestão colectiva forçosa	292
4. A aplicação das regras da concorrência	293
5. A gestão colectiva forçada	296
6. A repartição e as tarefas da supervisão	298
7. A incidência dos meios informáticos	300
8. Dispositivos tecnológicos	302
9. Informação sobre os direitos	303
10. Sistemas automatizados e individualização da gestão	304
11. Gestão individual ou colectiva dos direitos?	306
12. Cooperar para não uniformizar	308